

Universidade de Brasília – UnB
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas
Letras - Língua Portuguesa e Respectiva Literatura

**DO LATIM AO PORTUGUÊS: A FILOGIA DO GÊNERO E O DEBATE
CONTEMPORÂNEO.**

Brasília- DF

2025



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB

GRADUAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA E RESPECTIVA LITERATURA

TALITA FERNANDA RODRIGUES DE VASCONCELOS

**DO LATIM AO PORTUGUÊS: A FILOLOGIA DO GÊNERO E O DEBATE
CONTEMPORÂNEO.**

Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade de Brasília apresentado como requisito parcial para a aprovação na disciplina de Projeto de Curso e para a conclusão do Curso em Língua Portuguesa e Respectiva Literatura.

Orientadora: Profa. Dra. Cintia da Silva Pacheco

Brasília- DF

2025

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, ao Senhor, meu Deus, por cada passo dessa jornada, pela oportunidade de crescimento e por todo o auxílio e cuidado que me fortaleceram até o fim.

Aos meus pais, dedico este trabalho como fruto de um investimento de amor e sacrifício. Ao meu pai, por anos de trabalho incansável que proporcionaram minha educação, por cada esforço que me permitiu estudar onde estudei e, por fim, me formar. À minha mãe, minha principal acolhedora e suporte incondicional. Seu amor e cuidado tornaram o processo da graduação mais leve, e sua presença, um abraço de acolhimento em todos os momentos de desafio.

Ao meu marido, meu porto seguro. Mesmo tendo chegado no meio da minha trajetória, foi quem me impediu de desistir em todas as vezes que pensei. Por diversas vezes, passou noites em claro comigo para que eu pudesse terminar um trabalho. Andou a pé para garantir que eu pudesse ir à faculdade de carro e tranquila. Sua parceria e apoio incansável foram o alicerce para que eu pudesse concluir esta etapa.

Aos meus sogros, por sua orientação e conselhos valiosos. Por puxarem minha orelha nos momentos certos e por me incentivarem, de forma constante, a seguir em frente e a concluir o meu curso.

E, por fim, um agradecimento especial à minha professora Doutora **Cíntia Pacheco**. Por ter abraçado este projeto, por sua paciência e pela confiança que depositou em mim. Sua atuação como coordenadora do curso e como orientadora de excelência sempre me socorreu nos momentos em que mais precisei. Por sua valiosa orientação e apoio incondicional, sou profundamente grata.

Resumo: O estudo do gênero gramatical é um aspecto fundamental da morfologia das línguas, e no português não é diferente. No entanto, a flexão de gênero nos substantivos tem sido tradicionalmente abordada de maneira inconsistente, refletindo uma compreensão limitada que muitas vezes confunde o gênero gramatical com a noção de sexo biológico. Câmara Jr. (2015[1970]) argumenta que a distinção de gênero nos substantivos não se resume a uma mera correspondência com o sexo dos seres animados, revelando a complexidade e a evolução histórica desse fenômeno linguístico. Este texto explora as diferentes perspectivas sobre a flexão de gênero, desde as abordagens tradicionais até as críticas e alternativas propostas por diversos linguistas. Além disso, examina o impacto das mudanças linguísticas ao longo do tempo e a variação na concordância de gênero em diferentes contextos sociolinguísticos.

Palavras-chave: Filologia; Gênero Gramatical; Latim Vulgar; Linguagem Neutra; Morfologia.

Abstract: This study investigates the grammatical gender in Portuguese, a fundamental aspect of the language's morphology. It argues that the traditional approach to gender inflection in nouns has been inconsistent, often confusing grammatical gender with biological sex. We explore how this limited understanding is challenged by linguists such as Câmara Jr. (2015[1970]), who asserts that gender distinction in nouns is not merely a correspondence with the sex of animate beings, highlighting the historical complexity and evolution of this linguistic phenomenon. The research delves into different perspectives on gender inflection, from traditional approaches to the critiques and alternatives proposed by various linguists. Furthermore, it examines the impact of linguistic changes over time and the variation of gender agreement in different sociolinguistic contexts. By analyzing these perspectives, this paper aims to deconstruct the direct link between grammatical gender and biological sex, offering a critical reflection on the contemporary debate surrounding neutral language.

Keywords: Philology; Grammatical Gender; Vulgar Latin; Gender-Neutral Language; Morphology.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Confusão com o conceito de gênero gramatical.....	28
Imagem 2 - Catálogo pessoal de gênero para Michael.....	29
Imagem 3 - Influencer Bridget e sua dificuldade com o gênero	30
Imagem 4 – Crítica da influencer Andressa sobre a linguagem neutra.....	31

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Gênero no português.....	15
Quadro 2 - Casos no latim	21
Quadro 3 - Declinação do adjetivo “attentus”	24
Quadro 4 - Evolução do Gênero Neutro	27

SUMÁRIO

Introdução	8
1. O que as gramáticas dizem sobre o gênero dos nomes?	10
1.1. O Gênero do Substantivo na Gramática de Cunha e Cintra.....	10
1.2. A Classificação do Gênero para Rocha Lima.....	11
1.3. Flexão ou Classe Léxica? A Abordagem de Evanildo Bechara	12
2. Gênero dos nomes para a linguística	14
2.1. A Concordância.....	16
3. A Falha Descritiva e a Demanda por Gênero Neutro	18
4. Análise Diacrônica	20
5. O Gênero Neutro no Latim e a Evolução para o Português	24
5.1. O processo de fixação do gênero no português	26
6. Análise de Casos: O Gênero Gramatical e o Debate contemporâneo	28
6.1. Gênero Gramatical em Mídias Audiovisuais	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36

Introdução

A questão do gênero gramatical na língua portuguesa, historicamente associada à distinção de sexo biológico, tem sido objeto de intenso debate, especialmente no cenário contemporâneo, impulsionado por novas demandas sociais e identitárias. Tradicionalmente, as gramáticas normativas definem dois gêneros gramaticais, o masculino e o feminino. Essa abordagem, no entanto, é vista como insuficiente por linguistas como Joaquim Mattoso Câmara Jr. (2015[1970]) e Valter Kehdi (2003).

Câmara Jr. (2015[1970]), por exemplo, argumenta que o gênero gramatical não se limita a seres providos de sexo, abrangendo também substantivos que designam "coisas". Para o autor, o gênero é uma distribuição em classes mórficas para os nomes, semelhante às conjugações para os verbos, e não tem uma implicação semântica direta. Em vez disso, o masculino é uma forma geral e não marcada, enquanto o feminino indica uma especialização.

Segundo Câmara Jr. (2015[1970]) o gênero abrange todos os substantivos, incluindo aqueles que designam "coisas" (como *casa* ou *palácio*). Sua análise propõe que o masculino é uma forma geral, não marcada ($\emptyset$), enquanto o feminino é a forma marcada, que indica uma especialização. Esse entendimento se completa com a afirmação do autor que em pares como *lobo/loba* ou *autor/autora* não deve ser vista como uma flexão de gênero no substantivo, mas sim como um processo de derivação ou de acréscimo de um morfema ao radical. O linguista também destaca a função do artigo como o principal elemento a marcar o gênero dos nomes substantivos, garantindo a concordância na oração.

Valter Kehdi (2003) reforça essa visão ao propor que a concordância nominal é o fator primordial para o gênero, negando a existência de masculino e feminino na língua e utilizando os conceitos de adjetivos marcados (femininos) e não marcados (masculinos).

A análise diacrônica, ou seja, a perspectiva histórica da língua, revela que a estrutura de gênero do português é resultado de um processo de simplificação do latim. Conforme Coutinho (1978), no latim clássico, existiam três gêneros (masculino, feminino e neutro) e um complexo sistema de cinco declinações. Com a evolução para o latim vulgar, o gênero neutro desapareceu e as declinações foram reduzidas, o que resultou na formação de um novo paradigma que deu origem às línguas românicas, incluindo o português. Esse processo histórico evidencia que o gênero gramatical é um fenômeno dinâmico, que sofreu transformações significativas ao longo do tempo.

No contexto atual, o debate sobre a linguagem neutra, ou inclusiva, surge como uma demanda social para representar e incluir pessoas que não se identificam com o sistema binário

de gênero. Propostas de pronomes neutros como "ile" e "elu" e o uso de caracteres como o "@" e o "x" são algumas das tentativas de reestruturação do gênero gramatical na língua portuguesa para atender a essas novas realidades.

Este trabalho busca, portanto, analisar a trajetória do gênero, desde suas origens no latim até as implicações atuais, linguística e gramaticalmente, desmistificando a relação entre gênero gramatical e sexo biológico e explorando as propostas de linguagem neutra no contexto brasileiro. Por meio de uma análise diacrônica e da abordagem de autores como Câmara Jr. e Kehdi, busca-se demonstrar que a necessidade de um gênero neutro não advém de uma deficiência da língua, mas da maneira como o gênero tem sido historicamente ensinado e compreendido, suscitando uma reflexão crítica sobre a linguagem neutra.

1. O que as gramáticas dizem sobre o gênero dos nomes?

O estudo da língua portuguesa, especialmente em nível acadêmico, exige uma compreensão aprofundada de suas estruturas, que vão além da mera memorização de regras. A gramática, nesse contexto, é um campo de investigação onde as classificações e normas refletem tanto a evolução histórica quanto os padrões de uso de uma comunidade. O gênero dos substantivos, por exemplo, é uma dessas categorias que, à primeira vista, pode parecer um sistema simples de oposição entre masculino e feminino, mas que, na prática, revela uma complexidade fascinante, repleta de exceções, usos particulares e variações.

Para fundamentar a análise sobre o gênero nominal, é crucial partir de uma compreensão clara da sua classificação na gramática normativa. O estudo desse fenômeno, contudo, não se restringe a um conjunto de regras estáticas; pelo contrário, revela uma complexidade que exige a comparação entre diferentes abordagens.

Nesta seção, será apresentada a perspectiva de gramáticas normativas. A análise da obra permite identificar as definições e regras que historicamente guiaram a compreensão do gênero gramatical na língua portuguesa, servindo de base para o tópico seguinte, em que essa visão será contrastada com a da linguística.

1.1. O Gênero do Substantivo na Gramática de Cunha e Cintra

Os autores Celso Cunha e Lindley Cintra definem o gênero como uma propriedade gramatical, e não biológica, que distingue os substantivos em **masculino** e **feminino**. Essa distinção é marcada principalmente pelo uso dos artigos "o" ou "a" que os acompanham:

1. Há dois gêneros em português: o MASCULINO e o FEMININO. O masculino é o termo não marcado; o feminino o termo marcado.

2. Pertencem ao gênero masculino todos os substantivos a que se pode antepor o artigo o: o aluno/ o pão/ o poema/ o jabuti.

Pertencem ao gênero feminino todos os substantivos a que se pode antepor o artigo a: a casa/ a mão/ a ema/ a juriti (Cunha e Cintra, 2017, p. 202).

Embora o gênero não se determine unicamente pela terminação ou pelo significado dos nomes, Cunha e Cintra (2017) apresentam critérios úteis para a sua identificação. São considerados masculinos, por exemplo, os nomes de homens, de animais machos e de acidentes geográficos como rios e oceanos. Já os nomes de mulheres, de animais fêmeas, cidades e ilhas são predominantemente femininos.

Conforme a gramática normativa, a flexão de gênero pode ocorrer de diferentes maneiras:

1. **Formas heterônimas:** O gênero é indicado por palavras de radicais diferentes (ex: bode/cabra, homem/mulher).
2. **Flexão por desinência:** O feminino é formado a partir do radical do masculino, geralmente pela substituição da vogal final (ex: aluno/aluna) ou pelo acréscimo de uma desinência (ex: pastor/pastora).

A obra também destaca as variações para substantivos terminados em "-ão" (ex: irmão/irmã, anão/anã, bonachão/bonachona) e as formas específicas para títulos e dignidades, como os sufixos "-esa", "-essa" e "-isa" (ex: barão/baronesa).

Dentre essas classificações em relação à flexão, Cunha e Cintra se dedicam à classificação dos substantivos que possuem uma única forma para ambos os sexos, como os epicenos, os sobrecomuns e os comuns de dois gêneros.

3. **Substantivos uniformes:** Possuem uma única forma para ambos os sexos, sendo o gênero definido pelo artigo que os antecede.
4. **Epicenos:** Nomes de animais que usam uma única forma para ambos os sexos (ex: a águia, o tatu). A diferenciação se faz com os termos "macho" e "fêmea".
5. **Sobrecomuns:** Nomes de pessoas que mantêm um único gênero gramatical, independentemente do sexo (ex: a criança, o indivíduo).
6. **Comuns de dois gêneros:** Apresentam uma só forma, mas o gênero é distinguido por um artigo ou outro determinativo (ex: o artista/a artista).

Podemos observar que a classificação do gênero se refere a um conjunto de experiências e conhecimentos prévios sobre a língua portuguesa, e que, por isso, a palavra pode ser classificada como feminino ou masculino. Espera-se, então, que o indivíduo já tenha o conhecimento e o entendimento a respeito da língua.

1.2. A Classificação do Gênero para Rocha Lima

A *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Carlos Henrique da Rocha Lima (2011), aborda a categoria de gênero como uma das flexões essenciais do substantivo, definindo-o como uma classificação “puramente gramatical” que divide os substantivos em masculino e feminino:

Gênero “é uma classificação puramente gramatical dos substantivos em dois grupos, masculinos e femininos, segundo a terminação do adjetivo acompanhante”.

Masculino é o substantivo que se puder juntar à forma masculina de um adjetivo, ou ao artigo *o*; feminino, o que se puder juntar à forma feminina de um adjetivo, ou ao artigo *a* (Rocha Lima, 2011, p. 115).

Não distante da classificação de Cunha e Cintra (2017), Rocha Lima faz a classificação do gênero por: substantivos de gênero único, os quais são sobrecomuns (usado para pessoas de ambos os sexos com uma só forma), epícenos (para animais de ambos os sexos, mas com um único gênero gramatical - *o tigre fêmea* , *a águia macho*) e os comuns de dois gêneros (apresentam uma única forma, mas o gênero é distinguido pelo artigo ou outro determinativo - *o artista / a artista*). Além de enfatizar atenção especial às flexões dos substantivos de dois gêneros e os substantivos terminados em –ão, Rocha Lima (2011) trata daqueles que têm flexão irregular e dos demais casos específicos.

A análise comparativa dessas gramáticas demonstra que, apesar de suas particularidades — como a ênfase no português do Brasil por Rocha Lima e a visão do diassistema lusófono (conjunto de variedades linguísticas da língua portuguesa faladas em diferentes partes do mundo) por Cunha e Cintra —, a forma como o gênero nominal é tratado por esses autores, em especial, é representado de maneira consensual, que afirma uma certa estabilidade das bases da gramática tradicional brasileira.

1.3. Flexão ou Classe Léxica? A Abordagem de Evanildo Bechara

Bechara (2009, p. 151) observa que a determinação do gênero dos substantivos não se dá pela flexão do substantivo em si, como ocorre com adjetivos, pronomes ou artigos. Embora existam substantivos que apresentam uma forma diferente para cada gênero (como "menino" e "menina", "professor" e "professora"), essa variação não reflete uma verdadeira flexão de gênero no substantivo. Em vez disso, a inclusão de um substantivo em um gênero específico é determinada principalmente pela classe léxica à qual ele pertence, e não pela flexão de gênero. Essa observação é apoiada por Herculano de Carvalho, citado por Bechara (p. 151):

“não é o fato de em português existirem duas palavras diferentes – homem/mulher, pai/mãe, boi/vaca, e ainda filho/filha, lobo/loba (das quais estas não são formas de uma flexão, mas palavras diferentes, tanto como aquelas) – para significar o indivíduo macho e o indivíduo fêmea (duas espécies do mesmo “gênero”, em sentido lógico) que permite afirmar a existência das classes do masculino e do feminino, mas, sim, o fato de **o adjetivo, o artigo, o pronome etc.**, se apresentarem sob duas formas diversas exigidas respectivamente por cada um dos termos de aqueles pares opostos –, “este homem velho”/“esta mulher velha”, “o filho mais novo”/“a filha mais nova” –, formas que de fato constituem uma flexão.”

Bechara (2009, p. 152), figura central na gramática normativa do português, tem um argumento parecido ao de Câmara Jr. (2015[1970]). Para ele, o masculino funciona como uma forma geral, não marcada semanticamente. Isso significa que, em muitos contextos, o masculino representa o todo, a categoria abrangente, sem a necessidade de uma especificação extra. Ele serve como o padrão neutro ou genérico. O feminino, por outro lado, expressa uma marcação

adicional, especialização ou uma qualidade semântica particular, que vai além da simples distinção de sexo (ex: "lobo/loba" – a fêmea do animal; "barco/barca" – barco grande).

Portanto, ao nos referirmos a barco/barca", "jarro/jarra" não são formas de uma flexão, segundo o autor, mas palavras diferentes marcadas pelo processo de derivação. Ele destaca que a diferença entre elas vai além do gênero. "Barca" não é apenas o feminino de "barco"; ela carrega uma sutil troca de significado (como "barco grande").

Essa alteração de significado, que gera uma espécie do gênero designado pelo tema primário, é característica da derivação e não da flexão. A derivação cria palavras novas com significados distintos, mesmo que relacionados. A função semântica de especialização retira esses pares do domínio da flexão. (BECHARA, 2009, p. 152)

No que se refere a argumentos distintos, Bechara (2009, p. 152) afirma que o gênero é inerente, mas não é necessariamente flexionado no substantivo. O autor defende que todo substantivo tem gênero (masculino ou feminino, determinado pelo artigo que o acompanha, como "o linho" ou "a linha"). No entanto, essa designação de gênero não se dá por um processo de flexão no próprio substantivo da mesma forma que ocorre em adjetivos ou pronomes, e que isso seria, na verdade, casos de palavras diferentes marcadas pelo processo de derivação.

a diferença do sexo nos seres animados pode manifestar-se ou não com diferenças formais neles. Esta manifestação se realiza ou pela mudança de sufixo (como em *menino / menina*, *gato / gata*) – é a *moção* –, ou pelo recurso a palavras diferentes que apontam para cada um dos sexos – é a *heteronímia* (*homem / mulher*, *boi / vaca*) (BECHARA, 2009, p. 152).

No caso de adjetivos, a alternância entre "-o" e "-a" (belo/bela, alto/alta, novo/nova) é uma flexão de gênero em seu sentido mais gramatical. O adjetivo se adapta ao gênero do substantivo que qualifica. A forma "bela" é a versão feminina de "belo", sem adicionar ou modificar o significado essencial do adjetivo. Sua função principal é a concordância nominal.

Em substantivos como menino/menina, gato/gata, lobo/loba, há uma alternância formal semelhante ao adjetivo (o "-o" vira "-a"). Por essa semelhança material (a terminação), muitos gramáticos e falantes são levados a considerar isso uma flexão de gênero idêntica à do adjetivo. Pela equivalência na analogia material, os gramáticos definem uma interpretação equivocada da função ou do processo morfológico do gênero.

2. Gênero dos nomes para a linguística

O entendimento popular, aos nos referirmos à flexão de gêneros, mostra-se de maneira inconsistente. Essa incompreensão semântica se deve ao fato de que, ao falarmos de gênero das palavras, normalmente pensamos em algo relacionado ao traço de sexo em substantivos animados (no português uma palavra que se refere à um substantivo animado será ou masculina ou feminina). Nesse aspecto Câmara Jr. (2015[1970], p. 88) diz:

(...) o gênero abrange todos os nomes substantivos portugueses, quer se refiram a seres animais, providos de sexo, quer designem apenas “coisas”, como casa, ponte, andaiá, femininos, ou palácio, pente, sofá, masculinos. Explicar todas essas ocorrências pela metáfora, à maneira de um pansexualismo freudiano (...) não nos levaria muito longe.

Por esse motivo, não é possível afirmarmos que essa distinção de gênero, apenas de seres animados possuírem sexo ou feminino ou masculino, corresponde ao gênero dos nomes. Por isso, conforme o linguista afirma, o gênero dos nomes não somente se deve a uma relação de sexo, pois os nomes somente abrangeriam os substantivos animados, estes que podemos facilmente atrelar o gênero ao sexo dos seres.

Além disso, a essa mesma categorização há também uma outra contradição quando falamos dos substantivos epícenos, também em relação a substantivos animados. Estes são uniformes, por isso detêm somente uma palavra para os dois gêneros (masculino e feminino). Normalmente são relacionados a animais, mesmo que se trate de sexos opostos, os quais diferenciamos por macho ou fêmea:

1)

Panda macho
Panda fêmea

2)

Cobra macho
Cobra fêmea

Substantivos epícenos são aqueles que têm um único gênero gramatical, como tratamos acima. Porém, estes podem se referir a seres de ambos os sexos biológicos. Para especificar o sexo, usamos os termos "macho" ou "fêmea" após o substantivo. Portanto

podemos falar “a cobra macho” ou somente “a cobra”, não tendo o que se falar na mudança de sentido em relação ao gênero associado ao substantivo, que nesse caso é feminino. A inclusão de "macho" ou "fêmea" não altera o gênero gramatical do substantivo, ou seja, o acréscimo é feito apenas quando queremos deixar o sexo biológico explícito.

Sendo assim, essa observação sobre os substantivos epicenos reforça a ideia de que o gênero gramatical nem sempre coincide com o sexo biológico.

Além disso, a noção de marcação de gênero para Câmara Jr. (2015[1970]) presume que há um gênero omissivo na língua, em contraponto a um gênero marcado, o qual é descrito por ele como um indicador de especialização na língua, ou seja, o autor propõe uma descrição de masculino Ø (zero) em oposição a um feminino em -a em que há uma forma não marcada (para o masculino) e uma forma marcada (para o feminino).

O mais que podemos dizer, porém, em referência ao gênero, do ponto de vista semântico, é que o masculino é uma forma geral, não marcada, e o feminino indica uma especialização qualquer (jarra é uma espécie de “jarro”, barca um tipo especial de “barco”, como urso é a fêmea do animal chamado urso, e menina uma mulher em crescimento na idade dos seres humanos denominados como a de “menino”) (Câmara Jr., 2015[1970], p. 88).

O autor descreve que a incoerência e a confusão do gênero em português estão em não se fazer a distinção imprescindível entre flexão de gênero e certos processos lexicais ou sintáticos para indicar o sexo, pois não podemos simplesmente generalizar a marcação de gênero com relação ao sexo, já que essa marcação também deveria envolver o -e de “mestre” por exemplo, como marca de gênero, já que se “opor” ao -a de “mestra”. Portanto, para Câmara Jr. (2015[1970], p. 92), essa classificação deveria ser:

Quadro 1 - Gênero no português

Masculino	Feminino
Menin-o	Menin-a
Mestr-e	Mestr-a
Editor-Ø	Editor-a

Se não temos a marcação do morfema para o masculino sendo, portanto, desprovido de flexão, essa forma seria oposta à marca de morfema para o feminino, que admite a flexão. Tem-se então que a vogal final para as formas masculinas seria vogal temática, conforme defende o autor.

A partir desse tema, abordado por Câmara Jr. (2015[1970]), como algo que se opõe às normas da gramática tradicional, alguns autores, como Valter Kehdi (1990), aceitaram parcialmente a proposta:

As vogais temáticas nominais, em português, são -a, -e, e -o, respectivamente. Considerando-se que -a e -o também podem ser desinências de gênero (...), surge a necessidade de explicitar o critério que nos permite classificar essas terminações como vogais temáticas (Kehdi, 1990, p. 34).

Sendo então vogais temáticas, o autor sugere que “o gênero é uma distribuição em classes mórficas, para os nomes, da mesma sorte que o são as conjugações para os verbos” (Câmara Jr., 2015[1970]):

Ora, as conjugações verbais não têm a menor implicação semântica, e nada em sua significação faz de falar, um verbo da 1ª conjugação, de beber, um verbo da 2ª, ou de partir, um verbo na 3ª (Câmara Jr., (2015[1970]), p. 88).

Ou seja, pertencer ao grupo do masculino ou do feminino é, antes de tudo, uma classificação formal. O fato de "falar" ser da 1ª conjugação não o torna semanticamente diferente de "beber" (2ª) ou "partir" (3ª) em relação à sua categoria verbal. A conjugação não altera o significado intrínseco do verbo; ela apenas define seu padrão de flexão (tempo, modo, pessoa). É uma característica estrutural para a qual não se atribui valor semântico direto.

2.1. A Concordância

> Função do Artigo na Marcação de Gênero

Uma outra característica da marcação de gênero, abordado por Câmara Jr. (2015[1970]), é a marcação a partir do artigo. O artigo tem por função concordar com o gênero das palavras, e por vez designar os gêneros dos substantivos. Assim como Câmara Jr. propõe:

“[...], o artigo, que, como partícula pronominal adjetiva, tem uma função significativa bem definida, como veremos ao tratar do pronome, tem a mais a função de marcar, explícita ou implicitamente, o gênero dos nomes substantivos” (Câmara Jr., 2015[1970], p. 91).

Partindo do princípio de que existem substantivos no português que são classificados em apenas um gênero, o artigo terá, nesse caso, a função de determinar a qual gênero tal nome pertence. Por exemplo: (a) planta, (o) planeta, (a) tribo, (o) livro. Nesses exemplos, a terminação da palavra não se trata de marcação de gênero, e sim de vogal temática conforme propõe Câmara Jr. (2015[1970]); dessa forma a marcação fica por parte do artigo. Assim como o -o e -a podem

cair como vogais temáticas, o -e também pode ter essa mesma função. Como, por exemplo: (o) pente, (a) ponte, (a) lente.

Existem substantivos que são de dois gêneros, podendo ser feminino ou masculino, sem flexão. Nesse caso, suas terminações também serão vogais temáticas, dependendo, assim, do artigo para definir a qual gênero está se referindo. O artigo, nesses casos, definirá a concordância da oração. Exemplo:

- 1) A intérprete está atrasada.**
- 2) O intérprete está atrasado.**

Nesses dois exemplos, podemos perceber que o adjetivo foi definido pelo artigo. O mesmo aconteceria com as seguintes palavras: (o/a) estudante, (o/a) artista, (o/a) cliente, (o/a) gerente. Em casos que existe a possibilidade de flexão de gênero, o artigo deverá cumprir a função de concordar com o gênero do substantivo a que se refere. Diante de palavras que se flexionam, artigos e adjetivos devem concordar com o núcleo daquela oração. Por exemplo:

- 1) O mestre está estressado.**
- 2) A mestra está estressada.**

- 3) O lobo é feio.**
- 4) A loba é feia.**

- 5) O autor é um bom escritor.**
- 6) A autora é uma boa escritora.**

Nesses exemplos, a concordância é definida pelo núcleo da oração, de forma que o artigo teve a função de apenas concordar, assim como os demais determinantes concordam com o núcleo. Segundo Kehdi (2003, p.34) “(...) as marcas da flexão são estudadas no quadro da concordância, acessível somente ao nível da estrutura e da função dos constituintes na frase (...)”.

Rocha Lima, citando a Gramática Castellana, diz que:

Os substantivos é que se chamam propriamente masculinos, ou femininos, porque cada substantivo é classificado num ou noutro grupo; ao contrário, os adjetivos, com sua dupla terminação, são classificadores. Quando se diz a terminação masculina, ou a terminação feminina do adjetivo, indica-se por esse meio a terminação que o adjetivo adota para referir-se aos substantivos masculinos, ou aos femininos (Rocha Lima, 2011, p. 115).

3. A Falha Descritiva e a Demanda por Gênero Neutro

A gramática tradicional foca o gênero na relação com o sexo de seres animados, o que é insuficiente conforme Câmara Jr. (2015[1970], p. 88) explica. O autor expande o conceito de gênero, mostrando que ele abrange todos os substantivos, e não somente aqueles que se referem a seres animados ("casa", "ponte" são femininos; "palácio", "pente" são masculinos). A fragilidade dessa associação entre gênero e sexo é ainda mais evidente nos substantivos epícenos, cujo gênero gramatical é fixo e independe da distinção sexual biológica.

A defesa de Bechara (2009, p. 152) encontra um ponto de união com o argumento de Câmara Jr. (2015[1970], p. 88), sobre o masculino como forma geral, não marcada (Ø), e o feminino como forma marcada (-a), indicando uma especialização. Isso faz com que esses pares sejam vistos como derivações (criação de palavras diferentes) e não como flexões de gênero. Conforme os exemplos a seguir (BECHARA, 2009, p. 152):

1) *barco* / *barca* (= barco grande)

2) *jarro* / *jarra* (um tipo especial de jarro)

3) *lobo* / *loba* (a fêmea do animal chamado lobo)

A confusão é agravada pela analogia material entre a flexão de gênero em adjetivos e a variação em alguns substantivos, visto que Bechara (2009, p. 152) compreende que a distinção de sexo em substantivos animados se dá por moção ou heteronímia. Nesse sentido, Herculano de Carvalho, citado por Bechara (2009, p. 152) argumenta que a verdadeira flexão de gênero deveria estar nos determinantes (artigos, adjetivos, pronomes), que são os elementos que realmente se flexionam e impõem a concordância.

Encontramos um desfecho argumentativo sob a perspectiva que se alinha à visão de Câmara Jr. (2015[1970], p. 88). Este que concebe o gênero como uma distribuição em classes mórficas para os nomes, da mesma sorte que as conjugações são para os verbos, representando uma classificação formal, não primariamente semântica.

Encontra-se, portanto, inconsistências do entendimento geral em relação à discussão sobre o gênero dos nomes em português. Ao falharem em distinguir gênero gramatical de sexo biológico ou de processos lexicais, cria-se uma percepção de lacuna na língua, o que pode suscitar à necessidade de um gênero neutro. O Aprofundamento da análise com base nestes linguistas, deixa claro que o problema não reside na língua, mas no conhecimento desta.

A necessidade de um gênero neutro para a língua portuguesa, portanto, não advém de uma deficiência da língua portuguesa, mas da maneira como o gênero tem sido tradicionalmente tratado e compreendido. Desta maneira é confundida categorias formais com referentes sexuais e semânticos. A solução, de acordo com essa linha de raciocínio, não estaria em criar novas formas de gênero, mas em uma revisão e aprofundamento da forma como o gênero das palavras é entendido.

4. Análise Diacrônica

Podemos entender essa classificação em classes lexicais, conforme propõe Bechara (2009, p. 152) do ponto de vista diacrônico, ou seja, da origem da língua portuguesa, tendo o seu tronco, como já conhecemos, no latim levado pelos romanos à Península Ibérica. Para isso, precisaremos compreender do que se trata o aspecto diacrônico.

No contexto da discussão sobre gênero e flexão dos substantivos, o aspecto diacrônico refere-se ao estudo das mudanças linguísticas ao longo do tempo. “Toda variedade linguística pode ser estudada, sob o ponto de vista diacrônico, em sua história externa ou interna” (Bassetto, 2001, p. 41). Em relação à discussão, é importante examinar como a forma e a classificação de gêneros dos substantivos podem evoluir com o tempo, influenciados por fatores históricos e culturais.

Isso significa que, enquanto a flexão de gênero em substantivos pode parecer um indicativo de gênero, na verdade, a maneira como os substantivos são classificados e usados em diferentes gêneros pode mudar ao longo da história. Assim, a inclusão de substantivos em um gênero específico, conforme as normas de uma época, é um fenômeno dinâmico, sujeito às transformações linguísticas ao longo do tempo.

Segundo Bassetto (2001, p. 87), o latim era apenas um dialeto de Roma, restrito à margem do Rio Tibre. Era uma língua de camponeses e pastores. Era rude, concreta e sem refinamento de qualquer espécie. Com o passar do tempo, os dialetos itálicos foram sendo absorvidos, tornando-se a língua dominante em todo o Império Romano.

O latim não era homogêneo em todo o império; havia duas formas principais: o latim clássico, ou *sermo urbanus*, que era predominantemente escrito, utilizado pelos intelectuais, na educação formal e nas literaturas da época, e o latim vulgar, ou *sermo vulgaris*, falado pela população comum de maneira mais despreocupada (Bassetto, 2001, p. 92). As línguas românicas, como é o caso do português, têm sua origem nesse latim vulgar.

Para caracterizar o Latim Vulgar e analisar a aproximação deste com a língua portuguesa, principalmente no que se refere aos gêneros das palavras, devemos analisar algumas mudanças do Latim Clássico para o Latim Vulgar, convergindo essas mudanças para a discussão do gênero.

O Latim Clássico, ao contrário das línguas românicas e das línguas que descendem desta, como o português, era uma língua sintética. Cada palavra, para desempenhar seu papel

morfológico e sintático no sistema da oração, apresentava uma terminação específica, a qual chamamos de declinação. Essas terminações são fixadas no fim dos vocábulos indicando diferentes categorias semânticas e sintáticas. São as seis declinações do Latim, que estudamos quando falamos do Latim formal, aquele que consta na maioria dos registros da língua. Portanto, conforme o caso a ser usado, a palavra poderia ser escrita de seis formas diferentes, conforme o exemplo a seguir:

Quadro 2 - Casos no latim

Caso latino	Equivale à função de	Exemplos
Nominativo	Sujeito/ predicativo do sujeito	<u>Puella</u> est pulchra <u>A menina</u> é linda
Vocativo	Chamamento	<u>Puella</u> , es pulchra <u>Menina</u> , você é linda
Acusativo	Objeto direto	Amo puellam Eu amo <u>a menina</u>
Genitivo	Complemento restritivo	Rigo rosam puellae Eu rego a rosa <u>da menina</u>
Dativo	Objeto ou complemento indireto, de atribuição	Do rosam puellae Dou uma rosa <u>para a menina</u>
Ablativo	Adjunto adverbial ou adverbio	Puella ornat mensam rosa <u>A menina</u> decora a mesa <u>com</u> <u>rosas</u>

Fonte: adaptado de Garcia (2011, p. 23)

Por conta disso, a ordem das palavras apresenta uma liberdade relativa quanto às suas posições na frase. Várias são as funções sintáticas representadas pelos casos latinos conforme Garcia (2011, p. 25). O nominativo: sujeito, predicativo do sujeito, genitivo: adjunto adnominal restritivo, dativo: objeto indireto, acusativo: objeto direto, vocativo: chamamento, ablativo: agente da passiva e adjunto adverbial, e ainda, os antigos casos locativo e instrumental que “deixaram de ser usados já em épocas remotas, e suas funções foram absorvidas na maioria das

vezes pelo ablativo. Embora o locativo possa ser representado de outras formas. No latim clássico, restaram apenas os seis primeiros casos Garcia (2011, p. 25). Os casos exibem diferentes terminações, e dessa forma usava-se uma quantidade menor de palavras para compor um enunciado em latim, por exemplo:

(1a.) Poëta pulchram rosam fēmīnae dat. (dativo)

(1b.) O poeta dá uma bela rosa para a mulher.

Ao comparar as duas sentenças acima, percebe-se que a frase latina (1a.) se apresenta mais sintética em relação a sua versão em português (1b.), em virtude de a marca morfológica dos casos no final dos vocábulos dispensar o uso de artigo e de preposição presentes na frase em português, ou seja, quando as preposições e os artigos estão explícitos em português, ambos estão implícitos nas desinências casuais que compõem os vocábulos da frase latina.

Diante do que exposto, percebe-se que o latim clássico era mais conciso do que latim vulgar e do que a língua portuguesa, pois caracterizava-se por ser essencialmente sintética, ou seja, os seus recursos flexionais expressavam as funções sintáticas e as relações entre os termos da oração na própria palavra (Basseto, 2001, p. 93). Assim, podia-se omitir palavras, expressões e categorias o que, nas línguas românicas modernas, não se pode como: artigo, pronomes, alguns advérbios e outras partes do discurso necessárias a essas línguas.

A estrutura morfossintática do sistema flexional nominal do latim clássico, que marcava o número, o gênero e a função sintática dos nomes, já não estava mais presente em sua completude no latim vulgar. Conforme Coutinho (1978), essa redução na morfologia nominal foi proveniente da confusão na fala popular do uso da 5ª. declinação (glacies, ei, ‘gelo’) com a 1ª. (glacia, ae, ‘gelo’) e da 4ª. (fructus, us, ‘fruto’) com a 2ª. (fructus, i, ‘fruto’), resultando um novo paradigma de três declinações no Latim Vulgar: 1ª., 2ª. e 3ª. declinações.

O latim vulgar começou a se tornar mais analítico ao longo do tempo, especialmente em comparação com o latim clássico, que era mais sintético. A transição de um sistema sintético para um analítico significa que, em vez de usar flexões (ou terminações) para indicar as relações gramaticais entre as palavras, o latim vulgar passou a depender mais da ordem das palavras e de preposições para transmitir essas relações (Basseto, 2001, p. 93).

No latim clássico, as flexões de caso eram essenciais para indicar o papel de uma palavra na frase. Por exemplo, a palavra "rosa" poderia aparecer como "rosa" (nominativo), "rosae" (genitivo), "rosam" (acusativo), entre outras formas, dependendo da função que

desempenhava na frase. No latim vulgar, essas flexões começaram a se simplificar e, eventualmente, muitas delas desapareceram. Em vez disso, a função gramatical começou a ser indicada por outras formas, como o uso de preposições e uma ordem de palavras mais rígida. As terminações -a, -o e -e passaram a ser as mais comuns, simplificando a complexidade das declinações do latim clássico.

- a) **Terminação em -a:** Esta terminação foi associada principalmente com palavras femininas e foi uma das mais estáveis ao longo da evolução do latim para as línguas românicas.
- b) **Terminação em -o:** Comum em palavras masculinas e neutras, também se manteve em várias línguas românicas.
- c) **Terminação em -e:** Embora menos comum do que as outras duas, esta terminação também sobreviveu em algumas palavras e contextos.

Esse processo de simplificação das flexões, junto com a maior dependência de elementos analíticos, como preposições, ajudou a moldar as línguas românicas, que surgiram a partir do latim vulgar. Por exemplo, no português moderno, vemos essa simplificação nas terminações dos substantivos e adjetivos (como "casa", "livro", "feliz"), em contraste com a complexidade flexional do latim clássico. Conforme Basseto (2001, p. 92) explica:

"Na morfologia, as sutis e pouco claras distinções flexionais das declinações foram reduzidas; as semelhanças fizeram com que a 2ª. declinação absorvesse a 4ª., que acabou desaparecendo. A 5ª. declinação detinha um número relativamente pequeno de palavras e se confundia facilmente com a 3ª., ou teve a flexão *-ie* substituída por *-ia* e incorporada à 1ª., fato de que há muitos exemplos, como *materies* e *materia*, *luxuries* e *luxuria*, *facies* e *facia*, *dies* e *dia*, variações encontradas no uso vulgar desde época antiga. Em consequência, uma parte das línguas românicas herdou a distribuição do léxico nominal em três grupos, decorrentes das três "declinações" do latim vulgar, como o português, por exemplo, que da 1ª. declinação tem nomes em *-a* (*mensa* > *mesa*), da 2ª. em *-o* (*libru* > *livro*) e da 3ª. em *-e* ou consoante (*occidente* > *ocidente*; *imagine* > *imagem*; *feroce* > *feroz*; *facile* > *fácil*)."

A simplificação do latim vulgar foi uma evolução lógica em que as declinações com distinções sutis ou poucas palavras foram gradualmente reduzidas ou absorvidas por um sistema mais analítico e detalhista. A fusão da segunda declinação com a quarta, e a incorporação da quinta pela primeira e terceira, demonstram a tendência de padronização das terminações. Essa simplificação na morfologia nominal foi crucial para o desenvolvimento das línguas românicas, como o português, que herdou a estrutura de nomes em três grupos principais, cada um associado a uma terminação principal (-a, -o, -e).

5. O Gênero Neutro no Latim e a Evolução para o Português

A compreensão da evolução do gênero nominal em português exige um ponto de partida claro: o sistema morfológico do latim clássico. Nessa fase da língua, o gênero era uma categoria gramatical robusta, intrinsecamente ligada ao sistema de declinações. Havia três gêneros (masculino, feminino e neutro) e cinco declinações, cada uma com um conjunto específico de terminações de caso (Coutinho, 1978).

O gênero neutro, em particular, apresentava marcadores morfológicos distintos, especialmente a coincidência dos casos nominativo e acusativo no singular e no plural. Por exemplo, a terminação do nominativo e acusativo plural neutro era sempre em *-a*, como em *folium* (folha) → *folia* (folhas), enquanto o singular terminava em *-um*, como em *vinum* (vinho) → *vinum*. Este sistema complexo e, por vezes, irregular, estava fadado a simplificar-se diante das pressões sociolinguísticas. (Coutinho, 1978, p. 33)

Podemos ver com mais clareza como funcionava o gênero neutro a partir de um exemplo, retirado de um livro didático, de Janete Melasso Garcia (2011), da declinação do adjetivo “attentus, -a, -um. de 1ª classe no latim clássico:

Quadro 3 - Declinação do adjetivo “attentus”.

Singular:

	Masculino	Feminino	Neutro
N.	attent- us	attent- a	attent- um
G.	attent-i	attent-ae	attent-i
D.	attent-o	attent-ae	attent-o
Ac.	attent- um	attent-am	attent- um
V.	attent-e	attent- a	attent-um
Abl.	attent-o	attent- a	attent-o

Plural:

	Masculino	Feminino	Neutro
N.	attent-i	attent-ae	attent- a
G.	attent-orum	attent-arum	attent-orum
D.	attent-is	attent-is	attent-is
Ac.	attent-os	attent-as	attent- a
V.	attent-i	attent-ae	attent- a
Abl.	attent-is	attent-is	attent-is

Fonte: Garcia (2011, p. 55)

A grande transformação ocorreu no latim vulgar. Conforme trata Coutinho (1978, p. 30), era a língua falada pelas classes inferiores da sociedade romana que, em sua essência, era um denominador comum entre “pessoas incultas que eram de todo indiferentes às criações do espírito, que não tinham preocupações artísticas ou literárias, que encaravam a vida pelo lado prático, obviamente”. Coutinho (1978, p. 31) destaca que o latim vulgar "encerrava já em si o germe da diferenciação" que culminaria no surgimento das línguas neolatinas.

A característica mais relevante para a questão do gênero, e que serve como ponto focal de nossa reconstrução, é a "tendência para tornar masculinos os nomes neutros quando no singular" e "femininos, quando no plural" (Coutinho, 1978, p. 33). Esta observação, detalhada na seção de morfologia do latim vulgar, é o cerne da argumentação filológica sobre a perda do gênero neutro.

“No estudo do latim vulgar, deve-se salientar a importância das obras dos escritores da decadência romana, sobretudo daqueles que, visando a um objetivo superior, escreviam com simplicidade, sem a preocupação da gramática e do estilo. [...]

52. Caracterizava-se este latim:

[...]

c) na morfologia:

[...]

3. pela tendência para tornar masculinos os nomes neutros quando no singular: *vinus* (*vinum*), *fatus* (*fatum*), *templus* (*templum*); e femininos, quando no plural: *folia* (gen. *foliae*), *ligna* (gen. *lignae*), *fata* (gen. *fatae*);” (Coutinho, 1978, p. 33)

O ponto de partida é o sistema de três gêneros do latim clássico. A "fragilidade" do gênero neutro é ilustrada pelo quadro de declinação do adjetivo *attentus*, *-a*, *-um*, acima.

- **No singular**, o neutro (*attent-um*) é formalmente distinto do masculino (*attent-us*) apenas no nominativo. No acusativo, ambos já são idênticos (*attent-um*), e essa identidade se repete em outros casos, como o genitivo, dativo e ablativo. Essa sobreposição morfológica dificultava a distinção do gênero na fala cotidiana.
- **No plural**, a terminação do nominativo e do acusativo neutro (-a, como em *folia*, plural de *folium*) era a mesma que a terminação do nominativo singular feminino de muitas palavras da primeira declinação (-a, como em *rosa*). Essa coincidência foi crucial para a reinterpretação do neutro na classe feminina.

A falta de terminações únicas e consistentemente diferentes para o neutro tornava a categoria menos distinta na prática, especialmente no latim falado.

5.1. O processo de fixação do gênero no português

A tendência do latim vulgar para reclassificar o gênero neutro, documentada por Coutinho (1978), se concretizou no português arcaico através de duas vias morfológicas principais, que ditaram a forma moderna de substantivos oriundos do neutro.

A primeira via, a masculina, como cita Coutinho (1978, p. 157) abrange a maioria dos substantivos neutros singulares do latim. Suas terminações em -um no acusativo, após a perda da consoante final, convergiram para a vogal -o, a marca do masculino em português. Este processo natural de evolução fonética alinhou esses substantivos com a vasta maioria dos nomes masculinos já existentes na língua, consolidando a marcação de gênero em um sistema mais simples.

A segunda via de fixação do gênero neutro que, Coutinho (1978, p. 1978) trata, se deu pela classificação feminina. Esse processo é explicado pela reinterpretação do acusativo plural neutro, que terminava em -a (m), como em *folia* (um conjunto de folhas) ou *ligna* (conjunto de lenha). Devido à evolução fonética do latim vulgar, essa terminação tornou-se idêntica ao singular feminino de nomes da primeira declinação (e.g., *rosa*). Consequentemente, o português reanalisou o antigo plural neutro como um novo singular feminino (*folha*, *lenha*), absorvendo assim o antigo paradigma neutro no sistema binário do português.

O seguinte quadro ilustra, de forma clara e concisa, os dois caminhos evolutivos do gênero neutro:

Quadro 4 - Evolução do Gênero Neutro

Latim (Ac. Sg / Ac. Pl)	Fonética Vulgar	Português Moderno	Gênero Resultante
vinum / vina	vino / vinos	vinho / vinhos	Masculino
lignum / ligna	leno / lenha	lenho / lenha	Masculino / Feminino
brachium / brachia	braço / braça	braço / braça	Masculino / Feminino
folium / folia	folho / folha	folho (raro) / folha	Feminino
ovum / ova	ovo / ovas	ovo / ovos	Masculino

Fonte: adaptado de Coutinho (1978, p. 33)

A partir das características do latim vulgar citadas por Coutinho (1978, p. 33), foi feita uma tabela que demonstra que o gênero neutro não desapareceu de forma passiva; suas formas foram absorvidas pelos gêneros existentes. Em casos como *lignum / ligna*, o latim ofereceu as bases para duas palavras distintas em português, ambas com a mesma raiz, mas com gêneros e significados distintos. *Lenho* manteve o singular masculino, enquanto *lenha* surgiu do plural neutro reanalisado.

Ismael de Lima Coutinho (1978, p. 150) definiu a analogia como o "princípio pelo qual a linguagem tende a uniformizar-se, reduzindo as formas irregulares e menos frequentes a outras regulares e frequentes". A dissolução do gênero neutro e a subsequente consolidação do sistema binário em português são, na sua essência, um testemunho do poder deste mecanismo linguístico.

A análise aqui empreendida confirma que a transição de um sistema de três gêneros para um de dois não foi um evento acidental, mas um processo de reestruturação sistemática e previsível. A causa primária foi a dissolução do sistema de casos no latim vulgar, que anulou o gênero neutro de seus marcadores morfológicos distintos, tornando-o foneticamente indistinguível dos outros gêneros. O mecanismo central foi uma reclassificação morfológica: os substantivos neutros singulares, com terminação em -um, foram assimilados ao paradigma masculino, enquanto os plurais neutros, com terminação em -a, foram reinterpretados como substantivos femininos no singular.

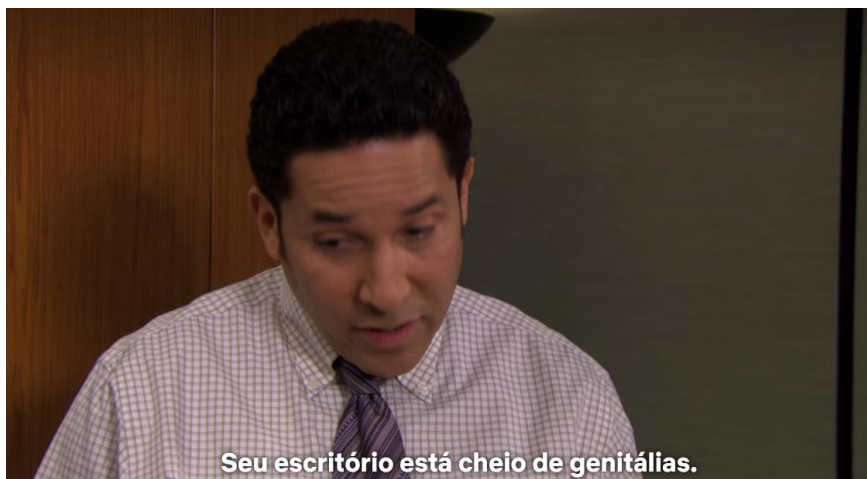
6. Análise de Casos: O Gênero Gramatical e o Debate contemporâneo

Após a análise das bases conceituais do gênero gramatical e sua evolução diacrônica, este estudo se volta para a forma como o tema é percebido e discutido fora do ambiente acadêmico. A linguagem, como fenômeno social, é frequentemente objeto de representação e debate em diferentes mídias, revelando percepções que podem divergir da descrição linguística formal.

6.1. Gênero Gramatical em Mídias Audiovisuais

Passaremos então à análise da cena inicial do episódio "Body Language" (Temporada 6, Episódio 23) da série *The Office*. O personagem principal, Michael Scott, apresenta a câmera sua estratégia para aprender espanhol. Ele começa falando “La Telefona” para se referir ao telefone do escritório, quando um outro personagem o corrige dizendo “El Teléfono”. O personagem, o qual se chama Oscar, tem o espanhol como sua língua materna e fala que Michael está “tendo dificuldades com os gêneros em espanhol”, então ele pede para Michael marcar tudo com o símbolo internacional de gênero, os quais Michael entendeu por genitais masculinos e femininos. Michael então colocou vários post-its de genitárias pelo escritório para aprender o gênero de cada objeto.

Imagem 1 - Confusão com o conceito de gênero gramatical



Fonte: *The Office* (2025), Temporada 6, Episódio 23.

Michael rotula os objetos do escritório com post-its que contêm “o gênero” correspondentes em espanhol (língua românica – objeto de estudo dessa pesquisa).

Imagem 2 - Catálogo pessoal de gênero para Michael



Fonte: The Office (2025), Temporada 6, Episódio 23.

A tentativa de Michael de atribuir um gênero fixo a cada substantivo, com uma etiqueta, reflete a abordagem simplista do entendimento comum sobre gênero gramatical. Essa abordagem tende a confundir o gênero gramatical, que é uma marca formal da língua, uma categoria morfológica, segundo Câmara Jr. (2015[1970]) e Bechara (2009), com a noção de sexo biológico. A cena ilustra como a falta de uma clara distinção entre gênero gramatical e sexo biológico pode gerar equívocos linguísticos, reforçando a tese de que a confusão sobre o tema reside na forma como a língua é percebida, e não em sua estrutura.

A influencer Bridget Fancy, americana que se considera “meio brasileira”, compartilha, de forma humorística, as diferenças culturais e linguísticas e suas dificuldades com o português. Nesse exemplo relata a confusão entre gênero gramatical e sexo biológico. No vídeo, ela relata uma experiência em que pediu “duas chopes” em um bar e foi corrigida pelo garçom, que perguntou “Dois chopes?”. A influencer, então, faz uma brincadeira sobre não saber se a palavra “chope” “se identifica como menino ou menina”.

Imagem 3 - Influencer Bridget e sua dificuldade com o gênero



Fonte: Fancy (2025).

Essa cena ilustra a percepção de que a dificuldade com o gênero de certas palavras é um problema de identificação. Ao questionar se "chope" se identifica como "menino ou menina", a criadora de conteúdo revela como a abordagem tradicional sobre o tema em questão, que associa gênero gramatical a seres animados, cria uma lacuna na compreensão de como a língua realmente funciona.

A discussão sobre o gênero na língua portuguesa ganhou projeção sem precedentes no debate público contemporâneo, impulsionada em grande parte pelas mídias sociais. Se, como vimos, a confusão entre gênero gramatical e sexo biológico é um reflexo de uma abordagem descritiva deficiente sobre gênero, essa mesma confusão se torna base para discussões sobre a linguagem neutra e inclusiva. Vídeos, memes e textos curtos em plataformas como TikTok e YouTube não apenas refletem a opinião de falantes da língua, mas também polarizam o tema, transformando uma questão linguística em um embate ideológico.

Andressa Trajano, em um vídeo postado em suas redes sociais, manifesta sua crítica em relação à linguagem neutra em debate.

Imagem 4 - Crítica da influencer Andressa sobre a linguagem neutra



Fonte: Trajano (2025).

No vídeo, a influenciadora expressa sua crítica à linguagem neutra, argumentando que ela não é inclusiva. A argumentação dela se baseia em dados numéricos, afirmando que a linguagem neutra defende incluir 1,2% da população brasileira que se considera não-binária, mas exclui mais de 43 milhões de brasileiros.

Andressa cita a Associação Brasileira de Dislexia, mencionando que 15% da população brasileira, o que equivaleria a 32 milhões de pessoas, é disléxica. E também argumenta que qualquer alteração na linguagem irá aumentar a dificuldade de aprendizado dessas pessoas.

A influenciadora também menciona que a linguagem neutra prejudica a leitura labial de pessoas surdas, que representam 10,5 milhões de pessoas no Brasil. Por fim, a influenciadora fala sobre os 6,5 milhões de brasileiros com deficiência visual, que seriam prejudicados na leitura de material escrito em braile ou com o uso de softwares de leitura.

Na Linguística, a ideia de que o gênero masculino é a forma "neutra" ou "não marcada" da língua tem sido objeto de análise crítica. Autores como Fábio Ramos Barbosa Filho e Gabriel de Ávila Othero (2022) apontam para a não neutralidade do gênero masculino, argumentando que, embora morfologicamente possa parecer a forma básica, sua utilização muitas vezes carrega conotações semânticas e pragmáticas que o afastam da neutralidade.

Os autores observam que, em diversas línguas, a oposição entre as formas de gênero não é apenas uma questão de distinção formal, mas reflete hierarquias e relações sociais. Por

exemplo, o uso de formas masculinas para se referir a mulheres em contextos formais ou o uso de formas femininas para depreciar homens em outras culturas demonstram que o gênero gramatical, na prática, não é neutro, e sim consistentemente aplicado ao gênero biológico quando se refere a seres animados. Essa perspectiva reforça a compreensão de que o debate sobre a linguagem neutra não é apenas uma questão de estrutura gramatical, mas está intrinsecamente ligado a como a língua reflete e molda a percepção de gênero na sociedade.

Portanto, no que se refere às pessoas, a natureza não marcada do masculino não elimina a forte correlação observada entre gênero gramatical e gênero biológico. É difícil não fazer a associação do gênero masculino com traços da masculinidade, mesmo quando se usa o masculino genérico (Barbosa Filho *et al.*, 2022, p. 77)

A linguista Raquel Freitag (2024) destaca a distinção crucial entre gênero gramatical e sexo biológico. Conforme a autora, a língua portuguesa é, de fato, um sistema binário, com apenas os gêneros masculino e feminino. Essa marcação, ela argumenta, não se baseia em uma essência social, mas em um requisito intrínseco à gramática do idioma.

Como requisito gramatical, pessoas precisam ter gênero gramatical, que não necessariamente terá relação com o sexo. No português brasileiro, as possibilidades de gênero gramatical são limitadas ao binário masculino e feminino (Freitag, 2024, p. 84).

Freitag (2024) exemplifica essa tese ao apontar que o gênero de substantivos como "mesa" ou "cadeira" não se deve a uma suposta feminilidade dos objetos, mas a uma exigência da gramática que se manifesta por meio de regras de concordância. Ela reforça que a ausência de um morfema para se referir a pessoas não binárias na língua não invalida o fato de que as gramáticas, por sua natureza, são instrumentos que codificam as regras do idioma. Porém a autora também defende que as gramáticas se adaptem às novas regras à medida que elas se difundem na sociedade.

A autora defende que gramáticas são feitas por pessoas, estas não criam as regras, mas somente codificam aquelas que estão em uso. Portanto, dado as evidências de uso recorrente de terminados códigos, estes passam a compor o conjunto de “regras” da língua.

As gramáticas também mudam, não talvez com a velocidade que desejamos, mas mudam à medida que novas regras se espalham na sociedade e atingem a comunidade linguística a partir da qual as regras são codificadas. Vejamos a seguir a direção dessas mudanças em relação ao gênero (Freitag, 2024, p. 85).

A argumentação de Raquel Freitag (2024), portanto, converge para a compreensão de que as gramáticas são produtos sociais, feitos por pessoas para codificar a língua em uso, e não o contrário. Ao defender que as regras gramaticais não são estáticas, mas se transformam e se adaptam à medida que novas formas se espalham na sociedade e atingem a comunidade linguística, a autora reforça a tese de que a linguagem é um organismo vivo, que se move de acordo com as mudanças culturais e sociais.

Nesse sentido, a autora não vê a linguagem neutra como uma imposição forçada, mas como um reflexo de uma sociedade em transformação que busca uma representação mais equitativa na própria estrutura da língua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho investigou, conjuntamente com as abordagens da gramática normativa sob a perspectiva filológica e linguística, a trajetória do gênero gramatical na língua portuguesa, desde suas origens no latim até as implicações no debate contemporâneo sobre a linguagem neutra. Verificamos que a categoria de gênero, embora frequentemente associada ao sexo biológico, é, em sua essência, uma classe mórfica e estrutural da língua.

A partir das hipóteses teóricas e diacrônicas formuladas, os resultados obtidos confirmaram a natureza não primariamente semântica do gênero nominal:

A primeira hipótese, de que o gênero é uma distribuição em classes mórficas e não uma flexão primariamente ligada ao sexo, foi tratada pelos argumentos de Câmara Jr. (2015[1970]) e Evanildo Bechara (2009). Constatou-se que o masculino, para os autores, funciona como o termo não marcado ($\emptyset$) e o feminino como o termo marcado, que indica uma especialização ou derivação lexical. Essa distinção reforça que a função principal dos adjetivos e artigos é a concordância nominal, e não a marcação de sexo.

A segunda hipótese, de que a estrutura binária do português é um resultado da simplificação histórica do latim, foi analisada pela análise diacrônica. A filologia, baseada em Coutinho (1978), demonstrou que o gênero neutro desapareceu no Latim Vulgar em um processo de reclassificação sistemática: os neutros no singular foram assimilados ao masculino, e os plurais neutros, cuja terminação coincidia com o feminino singular, foram reanalisados como novos substantivos femininos. Esse processo histórico evidencia que o sistema binário é uma consequência estrutural inevitável da evolução da língua.

A terceira hipótese, que relaciona a demanda por um gênero neutro a uma falha descritiva da compreensão de gênero gramatical, foi fundamentada pela análise dos casos contemporâneos. Os exemplos midiáticos, como o da série *The Office* e os vídeos de influenciadores, ilustram como a confusão entre o gênero gramatical e o sexo biológico leva o falante a perceber uma espécie de "lacuna" na conceituação de gênero gramatical.

Assim, os dados demonstram que a necessidade de um gênero neutro na língua portuguesa não advém de uma deficiência estrutural a ser corrigida, mas sim da inconsistência de como o gênero tem sido tradicionalmente entendido.

Dessa forma, este trabalho contribui para a descrição e compreensão do fenômeno na comunidade linguística, reforçando que a estrutura do português, por ser binária e por possuir um masculino não marcado, em si já oferece formas de neutralidade. Ressaltamos, contudo, que a variação linguística é um processo social contínuo (Freitag, 2024). Pesquisas futuras na área da Sociolinguística poderão investigar o uso e a difusão das formas de linguagem neutra na fala cotidiana, a fim de determinar se a pressão social será suficiente para criar uma nova regra passível de codificação gramatical ou essa mudança será em decorrência do uso e mudanças sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA FILHO, Fábio Ramos *et al.* *Linguagem “neutra”: língua e gênero em debate.*

Organização de Fábio Ramos Barbosa Filho, Gabriel de Ávila Othero, Sírío Possenti. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2022.

BASSETO, Bruno Fregni. *Elementos de filologia românica: história externa das línguas.* V. 1. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa.* 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CÂMARA Jr. Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa* /47. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, (2015[1970])

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de Gramática Histórica.* 6. ed. revista. [S.l.]: Biblioteca Brasileira de Filologia, 1978.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo.* 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.

FANCY, BRIDGET. @meiobrasileira. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xRBwkfhj4t0> . Acesso em: 17 dez. 2025.

FREITAG, Raquel. *Não existe linguagem neutra! Gênero na sociedade e na gramática do português brasileiro.* São Paulo: Contexto, 2024.

GARCIA, Janete Melasso. *Introdução à teoria e prática do latim.* 3. ed. ver. ampl. 1ª reimpressão. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

KEHDI, Valter. *Formação das Palavras em português.* 3. ed. São Paulo: Ática, 2003.

KEHDI, Valter. *Morfemas do Português.* São Paulo: Ática, 1990 (Série Princípios).

ROCHA LIMA, Carlos Henrique ~~Rocha~~. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa.* 49. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

THE OFFICE. *Body Language.* Direção: John Krasinski. Produção: Greg Daniels, Ricky Gervais, Stephen Merchant. [s.l.]: NBC. Episódio de: THE OFFICE. Disponível em: www.netflix.com/browse. Acesso em: 17 dez. 2025.

TRAJANO, ANDRESSA. *Uma excelente explicação dessa conhecedora da língua portuguesa*. TikTok. Disponível em: <https://www.tiktok.com/@nanysunshine12/video/7199213562064063749>. Acesso em: 17 dez. 2025.